



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638315 - SP (2021/0000619-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
**IMPETRANTE** : JULIANA PEREIRA BICUDO DE PAULA  
**ADVOGADO** : JULIANA BICUDO DE PAULA PIRES - SP275707  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOHNATAN DE SOUZA PRADO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOHNATAN DE SOUZA PRADO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 0005969-66.2020.8.26.0625).

O paciente encontra-se preso e foi condenado pela prática de falta de natureza grave por supostamente ter incitado movimento que resultou em rebelião ocorrida no Centro de Progressão Penitenciária Dr. Edgard Magalhães Noronha de Tremembé-SP. O procedimento administrativo disciplinar concluiu pela caracterização de falta disciplinar de natureza grave.

O impetrante sustenta que não foi comprovada a autoria dos fatos e nem foi individualizada a conduta de cada acusado, de modo que sua condenação deve ser revista.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para absolver o paciente da falta de natureza grave, ante a ausência de provas de sua autoria. Subsidiariamente, pleiteia a descaracterização da falta de natureza grave para média. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que tanto o Juízo de 1ª instância quanto o Tribunal de origem concluíram que a autoria dos fatos e a individualização das ações do paciente como uma das lideranças da rebelião foram suficientemente comprovadas.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente